

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E O PAPEL DO FISIOTERAPEUTA FRENTE AO TEA**

Francisco Matheus de Oliveira Cavalcante<sup>1</sup>

Bruna Thaís Dias Chaves<sup>2</sup>

Maria Clara Diógenes Almeida<sup>3</sup>

Maria Larissa Lima de Sousa<sup>4</sup>

Otaciana de Oliveira Régis<sup>5</sup>

Rayssa Mara Dias Lira<sup>6</sup>

### **RESUMO**

**INTRODUÇÃO:** O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do desenvolvimento com causas e manifestações variadas, exigindo abordagem individualizada e interdisciplinar. Estima-se que até 2 milhões de brasileiros estejam dentro do espectro, com destaque para crianças e jovens. Diante disso, políticas públicas como a Lei nº 12.764/2012 têm buscado garantir direitos e inclusão. A fisioterapia, nesse contexto, tem papel fundamental na intervenção precoce, contribuindo para o desenvolvimento, qualidade de vida e integração social de pessoas com TEA. Este trabalho analisa a atuação do fisioterapeuta diante dessas políticas. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura com caráter qualitativo, baseada em artigos publicados entre 2015 e 2025, sejam em inglês, português ou espanhol, nas bases BVS, Scielo e PubMed. Utilizaram-se descritores relacionados ao TEA, políticas públicas e fisioterapia. Após aplicação de critérios de inclusão e exclusão, os estudos selecionados foram analisados criticamente para embasar a discussão proposta. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A revisão evidenciou que a fisioterapia tem impacto positivo no TEA, especialmente em intervenções precoces que promovem desenvolvimento motor, social e comunicativo. Práticas como hidroterapia, musicoterapia e atividades lúdicas auxiliam na autonomia e inclusão. Apesar dos avanços legais, ainda há desafios no acesso aos serviços e reconhecimento profissional, reforçando a necessidade de políticas públicas mais eficazes e novos estudos sobre o tema. **CONCLUSÃO:** A análise evidenciou a importância da fisioterapia no TEA, especialmente em intervenções precoces, contribuindo para o desenvolvimento e inclusão. Apesar dos avanços, existem desafios no acesso, capacitação profissional e produção científica, reforçando a necessidade de políticas públicas efetivas.

<sup>1</sup>FACULDADE VIDAL, franciscomatheus@favili.com.br

<sup>2</sup>FACULDADE VIDAL, brunathais.963@gmail.com

<sup>3</sup>FACULDADE VIDAL, mariaclaraa.almeida5@gmail.com

<sup>4</sup>FACULDADE VIDAL, larissaliima957@gmail.com

<sup>5</sup>FACULDADE VIDAL, otaciana.regis.2015@hotmail.com

<sup>6</sup>FACULDADE VIDAL, rayssa\_m01@icloud.com

**PALAVRAS-CHAVE:** Transtorno do Espectro Autista; Políticas Públicas; Fisioterapia; Inclusão; Reabilitação.

## **INTRODUÇÃO**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), como é globalmente conhecido hoje, passou por várias alterações e atualmente é denominado assim pela DSM-5. O TEA é caracterizado como um distúrbio complexo do desenvolvimento, com base no comportamento, apresentando múltiplas causas e se manifestando em diferentes níveis de intensidade. (APA, 2014). Sua manifestação é ampla e heterogênea, o que demanda uma abordagem individualizada e interdisciplinar, trazendo dados por meio do IBGE (2000), onde estima-se que, considerando as taxas mais recentes de prevalência do espectro autista, cerca de 1 a 2 milhões de pessoas no Brasil possam estar dentro desse diagnóstico. Dentre elas, aproximadamente 400 a 600 mil são jovens com menos de 20 anos, e entre 120 e 200 mil são crianças com idade inferior a cinco anos.

Frente a esse desafio de crescimento exacerbado, políticas públicas têm sido elaboradas para garantir o acesso a direitos fundamentais, tratamento especializado e inclusão social. A Lei nº 12.764/2012 — Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista — é um marco legal que assegura direitos às pessoas com TEA, incluindo acesso à saúde, educação e profissionalização (Brasil, 2012).

Nesse contexto, a fisioterapia se destaca como uma das áreas da saúde fundamentais na abordagem funcional e comportamental do TEA, atuando em aspectos motores, sensoriais e de integração com o meio, dessa forma, a atuação do fisioterapeuta torna-se essencial na intervenção precoce, promovendo melhorias no desenvolvimento, na qualidade de vida e favorecendo a inclusão social de indivíduos com TEA (Ferreira, 2016). Este trabalho visa compreender como as políticas públicas têm promovido a inclusão da pessoa com TEA e qual o papel desempenhado pelo fisioterapeuta nesse cenário.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura científica, de natureza qualitativa e com caráter exploratório, cujo objetivo é reunir, analisar e sintetizar os achados de pesquisas anteriores sobre o papel do fisioterapeuta frente ao TEA no contexto das políticas públicas.

A busca foi realizada nas bases de dados BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), Scielo e PubMed. Utilizaram-se os descritores: “Transtorno do Espectro Autista”, “Políticas Públicas”, “Fisioterapia”, “Inclusão” e “Reabilitação”, combinados por meio do operador booleano AND, a fim de refinar os resultados e garantir a pertinência com os objetivos do estudo.

Foram incluídos artigos publicados entre os anos de 2015 e 2025, disponíveis nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordassem diretamente intervenções fisioterapêuticas voltadas a pessoas com TEA, bem como estudos que discutissem políticas públicas direcionadas a essa população. Os critérios de exclusão envolveram trabalhos duplicados, artigos com metodologia inadequada, desatualizados ou que não tratassem de forma direta os eixos centrais do tema proposto.

Após a leitura dos títulos, resumos e, posteriormente, do conteúdo completo dos artigos selecionados, os dados foram organizados e analisados de forma crítica, buscando-se destacar evidências relevantes para a construção deste trabalho.

Autor, Ano.	Abordagem.	Resultado.
Dos Santos, 2022.	Reabilitação precoce frente ao TEA.	Melhora na socialização e comunicação, quebra de posturas viciosas e melhora na flexibilidade e na força muscular.
Fonseca, 2021.	Práticas integrativas relacionadas ao TEA.	Desenvolveram relacionamentos, promoveu a diminuição de comportamentos anormais, modulou fisiologicamente as atitudes estereotipadas diante da liberação de neurotransmissores, auxiliou na comunicação, no autocontrole, na autoconfiança, na vigilância da relação, na

atenção e no tempo de  
atenção.

Segura; Nascimento; Klein,  
2011.

Recursos pedagógicos  
juntamente ao TEA.

Avanços no  
desenvolvimento motor,  
melhora da concentração,  
da interação social e das  
dificuldades de  
comunicação.

Tabela 1

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos artigos selecionados demonstrou que a atuação fisioterapêutica no TEA é amplamente reconhecida como benéfica, principalmente nos aspectos relacionados ao desenvolvimento motor global, integração sensorial, equilíbrio e coordenação. Estudos como os de Dos Santos (2022) e Fonseca (2021) ressaltam que a intervenção precoce com fisioterapia contribui para melhorias significativas na autonomia e em outros diversos quesitos da vida da criança com TEA.

Ressaltando de forma mais específica, segundo Dos Santos (2022), em sua revisão sistemática sobre uma precoce reabilitação a frente do TEA, foram obtidos diferentes resultados benéficos para a população como podem ser citados, melhora na socialização e comunicação, avanço na quebra de posturas viciosas e traz que a hidroterapia melhora a flexibilidade e a força muscular.

Já na abordagem de Fonseca (2021), são relatadas diversas práticas integrativas da fisioterapia propriamente dita, como a musicoterapia que auxilia os indivíduos que possuem transtornos mentais graves a desenvolverem relacionamentos, bem como a dançaterapia que promove a diminuição de comportamentos anormais, modulando fisiologicamente as atitudes estereotipadas diante da liberação de neurotransmissores específicos, como também equoterapia que auxilia a criança na comunicação, no autocontrole, na autoconfiança, na vigilância da relação, na atenção e do tempo de atenção.

Além disso, o fisioterapeuta atua também na área disciplinar e social, promovendo avanços no desenvolvimento motor, contribuindo também para a melhora da concentração, da interação social e das dificuldades de comunicação. Por meio de recursos como brinquedos pedagógicos, atividades lúdicas e educativas, favorece o raciocínio e auxilia na redução dos

sintomas, ampliando as possibilidades de contato social do indivíduo. (Segura; Nascimento; Klein, 2011).

No campo das políticas públicas, destaca-se a Lei nº 12.764/2012, que reconhece o autista como pessoa com deficiência, garantindo o acesso a direitos como educação, saúde e inclusão no mercado de trabalho. A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência também prevê a atenção integral às pessoas com TEA nos diversos níveis do SUS, porém a implementação ainda enfrenta barreiras estruturais e humanas (Brasil, 2012).

Apesar dos avanços, persistem desafios importantes, principalmente relacionados à ampliação do acesso às terapias e à necessidade de pesquisas que explorem os efeitos dessas intervenções em longo prazo. O fortalecimento das políticas públicas e a implementação de programas especializados são essenciais para que crianças com TEA desenvolvam seu potencial máximo, adquirindo maior autonomia e inclusão na sociedade (De Souza; Lima, 2024).

É evidente a necessidade de maior capacitação dos profissionais da saúde, especialmente no SUS, para lidar com a diversidade de manifestações do TEA. Além disso, a distribuição desigual de serviços especializados nas regiões brasileiras acentua a exclusão de populações vulneráveis, exigindo um redesenho das ações políticas para maior equidade no acesso aos serviços de fisioterapia e reabilitação.

Por fim, é importante pontuar que embora o fisioterapeuta tenha um papel técnico fundamental, ainda é pouco reconhecido nas equipes multiprofissionais voltadas ao autismo, o que limita o potencial de contribuição do profissional no cuidado longitudinal, bem como é deixado claro sobre a escassez de estudos presentes na atual literatura sobre esse importante tema, dificultando a atualização do profissional sobre e explicitando a necessidade do apoio em novas pesquisas.

## **CONCLUSÃO**

Com base na análise da literatura, conclui-se que o fisioterapeuta desempenha um papel essencial no cuidado interdisciplinar de pessoas com TEA, contribuindo para o desenvolvimento motor, social e comunicativo, especialmente por meio de intervenções precoces e recursos terapêuticos variados. Apesar dos avanços proporcionados por políticas públicas como a Lei nº 12.764/2012, ainda existem barreiras no acesso aos serviços, carência de profissionais capacitados e escassez de pesquisas sobre o tema. Assim, torna-se urgente fortalecer as ações políticas, ampliar os serviços especializados e valorizar a atuação

fisioterapêutica no contexto do espectro autista, visando maior inclusão e qualidade de vida para essa população.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais-DSM-V**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em: 10 abr. 2025.

DE SOUZA, Gabriel Anderson Leal Marques; LIMA, Ronaldo Nunes. **Atuação da fisioterapia no desenvolvimento motor de crianças com TEA**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 12, p. 2296-2306, 2024.

DOS SANTOS, Clistenis Clênio Cavalcante et al. **Efeitos da Fisioterapia precoce na reabilitação de crianças com TEA: uma revisão Sistemática**. Research, Society and Development, v. 11, n. 14, p. e191111435246-e191111435246, 2022.

FERREIRA, J. T. C. et al. **Efeitos da fisioterapia em crianças autistas: Estudo série de casos**. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, v. 16, n. 2, p. 24-32, 2016.

FONSECA, Cristiane et al. **Contribuição da Fisioterapia no desenvolvimento psicomotor da criança com transtorno do espectro autista: uma revisão bibliográfica**. Revista Novos Desafios, v. 1, n. 1, p. 31-43, 2021.

GADIA, Carlos. **Aprendizagem e autismo: transtornos da aprendizagem: abordagem neuropsicológica e multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2000**. Censo demográfico, Rio de Janeiro, 2000. p.1-178.

SEGURA, D. C; NASCIMENTO, F. C; KLEIN, D. **Estudo do conhecimento clínico dos profissionais da fisioterapia no tratamento de crianças autistas**. Revista Ciênc. Saúde UNIPAR, v. 15, n. 2, p. 159, 165, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/3711>. Acesso em: 25 set. 2018.